



**COMITÊ SOBRE A PROFICIÊNCIA LIMITADA EM INGLÊS**

**RELATÓRIO ANUAL DE 2020**

## Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês

O Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês foi estabelecido em 2008, de acordo com a meta de acesso do Plano Estratégico do Poder Judiciário, e está encarregado de “eliminar barreiras encontradas por indivíduos com proficiência limitada em inglês, tanto no acesso à informações e procedimentos como nas instalações do Poder Judiciário.” O Comitê é co-presidido pela Ministra Maria Araujo Kahn do Supremo Tribunal Estadual e Alejandra Donath, Gerente da Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução (ITS - na sigla em inglês), e é constituído pelos seguintes membros<sup>1</sup>:

Sr. Troy Brown  
Advogada Brittany Kaplan  
Advogado Richard Loffredo  
Advogado Brandon Pelegano  
Advogada Viviana Livesay (Consultora de Serviços Jurídicos)  
Srta. Heather Collins (Funcionária de Apoio)

O Poder Judiciário [tem o compromisso](#) de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês (LEP - na sigla em inglês) tenham condições de acessar suas instalações, procedimentos e serviços.

A pandemia que se espalhou pelo mundo em 2020, teve um grande impacto na maneira pela qual o Poder Judiciário de Connecticut realiza suas funções. Muitos fóruns ficaram fechados. Certos procedimentos foram realizados por meio remoto. Muitos funcionários trabalharam por meio remoto. Apesar de tudo, o Poder Judiciário [manteve o atendimento às partes interessadas](#). Nunca houve interrupção dos serviços prestados aos interessados com LEP. Serviços de interpretação e tradução foram oferecidos sempre que necessários.

Em 2020, a ITS participou de [mais de 13.000 ações](#) que necessitavam de assistência linguística em 70 idiomas/dialetos diferentes. Isso inclui mais de 1.200 eventos pré-agendados realizados pelo Microsoft Teams, CISCO e/ou por meio telefônico com a assistência de funcionários ou intérpretes contratados. Além disso, serviços telefônicos de interpretação foram utilizados mais de 11.000 vezes em 45 idiomas/dialetos diferentes quando necessários para o atendimento ao público. Em 2020, a ITS traduziu 120 formulários distintos do Poder Judiciário como também 67 documentos relacionados a causas específicas. A ITS também traduziu 45 comunicados específicos à pandemia de COVID para o [espanhol](#), [português](#) e [polonês](#).

Este relatório serve como uma atualização do trabalho do [Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês](#) no ano de 2020.

---

<sup>1</sup> O Comitê gostaria de reconhecer a advogada Michelle Fica, dos Serviços Jurídicos de Connecticut. Sua presença e participação nas reuniões do Comitê têm sido de valor inestimável.

## **Iniciativas Constantes**

Neste último ano, na tentativa de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês possam acessar as instalações, procedimentos e informações do Poder Judiciário, o Comitê tem trabalhado nas seguintes áreas:

### **Treinamento Contínuo Sobre LEP**

Em 2009, o Poder Judiciário desenvolveu um programa obrigatório de treinamento sobre indivíduos com LEP para todos os funcionários, o qual fornece informações sobre os requisitos federais sobre o oferecimento de serviços às pessoas com LEP, esclarece o papel do intérprete e especifica como obter serviços de assistência linguística e tradução. Esse programa também oferece treinamento de sensibilidade cultural. Mais de 2.300 funcionários participaram deste programa de meio dia de duração.

Em 2017, o treinamento sobre indivíduos com LEP passou para um formato remoto. Esse curso de 75 minutos fornece um resumo das obrigações do Judiciário de prover serviços às pessoas com LEP, esclarece o papel do intérprete, as diferenças entre o intérprete e o tradutor e explica como os funcionários do Judiciário podem obter assistência linguística 24 horas por dia, sete dias por semana. Desde o seu lançamento, já teve a participação de mais de 4.400 funcionários. Este treinamento foi revisado e regravado para conter as informações mais atuais em 2020.

Em 2018, o Comitê sobre LEP desenvolveu um treinamento online para as entidades que são contratadas pelo Poder Judiciário e que prestam serviços aos interessados com LEP. O treinamento abrange os requisitos federais sobre a prestação de serviços aos indivíduos com LEP, as responsabilidades das entidades com os indivíduos com LEP, de acordo com os termos dos seus contratos com o Poder Judiciário, a maneira pela qual uma entidade pode cumprir suas responsabilidades, a diferença entre a interpretação e a tradução, e dicas de como trabalhar com intérpretes. Desde seu lançamento, já teve a participação de mais de 850 indivíduos.

Em 2013, o treinamento sobre indivíduos com LEP foi oferecido aos juízes e aos juízes auxiliares da vara de família para execução de alimentos. Os juízes receberam treinamento adicional sobre LEP em 2016. Desde 2013, o treinamento sobre LEP tem sido incorporado ao programa de orientação para novos juízes e juízes auxiliares da vara de família para execução de alimentos fornecido a todos os recém nomeados. Foi elaborado um programa avançado de treinamento sobre LEP e competência cultural, o qual teria sido administrado durante a conferência anual de treinamento de juizes no verão. A participação no programa é obrigatória para todos os juízes e juízes auxiliares da vara de execução de alimentos. Devido à pandemia, tal conferência de treinamento foi adiada. O curso será administrado assim que a conferência for agendada.

Questões relacionadas à proficiência limitada em inglês e à obrigação de prover serviços fazem parte de um treinamento mais abrangente oferecido pelo Presidente do Supremo Tribunal Estadual Richard A. Robinson e pela Ministra Kahn. Este treinamento também trata de viés implícito, competência cultural e da Lei para Americanos com Deficiência. Em 2020, o Presidente Robinson e a Ministra Kahn ofereceram este treinamento à Fundação dos Advogados de Connecticut / Ordem dos Advogados de Connecticut.

Em 2020, o Poder Judiciário mudou de provedores do serviço telefônico bilingue. Como resultado, um provedor foi excluído e um novo foi adicionado. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução elaborou novos materiais de treinamento sobre o oferecimento destes serviços. Estes materiais de treinamento foram entregues pessoalmente em todos os escritórios em funcionamento do Poder Judiciário. Além disso, treinamento presencial também foi oferecido, quando necessário, aos funcionários de cada escritório.

### **Documentos Essenciais**

A constante identificação e tradução de documentos essenciais continua sendo uma prioridade do Comitê sobre LEP e do Poder Judiciário. Em 2013 e novamente em 2017, o Administrador Geral do Tribunal solicitou que os Diretores Executivos do Poder Judiciário identificassem os documentos essenciais utilizados por suas Divisões. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução continua no processo de traduzir estes documentos para o [espanhol](#), [polonês](#) e [português](#). Em 2020, 120 documentos essenciais foram traduzidos para o espanhol, polonês e português.

Em 2020, o Comitê sobre LEP colaborou com a Divisão de Serviços Jurídicos para elaborar um sistema comunicando ao usuário a disponibilidade dos formulários que tenham sido traduzidos em outros idiomas.

### **Serviço Telefônico Bilingue**

O Poder Judiciário de Connecticut contratou três serviços de prestação de assistência linguística telefônica, permitindo aos funcionários e indivíduos com proficiência limitada em inglês a comunicar-se através do uso de serviços de interpretação por telefone. O contrato do serviço telefônico bilingue foi renovado em 2020 com a inclusão de um provedor e a exclusão de outro. Como resultado, a Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução elaborou novos materiais de treinamento sobre os serviços telefônicos. A ITS também visitou todos os escritórios em funcionamento do Poder Judiciário para oferecer os materiais de treinamento e, caso necessário, treinamento presencial. Assim que fóruns adicionais entrem em funcionamento, a ITS visitará cada um destes escritórios para disponibilizar o material e oferecer-lhes treinamento.

O Serviço Telefônico Bilingue está disponível em mais de 150 idiomas, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Está disponibilizado em todas as instalações do Poder Judiciário e também aos funcionários que trabalham fora de suas instalações, via telefone celular, quando necessitam se

comunicar com indivíduos com LEP. Em 2020, o Serviço Telefônico Bilingue foi utilizado mais de 11.000 vezes em 45 línguas/dialetos diferentes.

### **Tradução de Páginas do Site do Poder Judiciário**

A grande maioria de requisições para intérpretes continua a ser para a língua espanhola (aproximadamente 88%). As próximas línguas mais requisitadas são português e polonês (aproximadamente 3% cada). Consequentemente, o Poder Judiciário continua a traduzir [suas páginas da internet para o espanhol, português e polonês](#).

### **Revisão do Site**

Criou-se um sub-comitê para revisar [a página sobre LEP atual](#) do site do Poder Judiciário e analisar as páginas dos outros estados. O sub-comitê é encarregado de fazer recomendações para tornar a página sobre LEP mais acessível e amigável ao usuário. O Comitê aprovou as recomendações do sub-comitê e estas foram encaminhadas ao Conselho de Publicações Virtuais do Poder Judiciário, o qual também as aprovou. As recomendações foram encaminhadas à Unidade de Tecnologia e Informática do Judiciário para que sejam implementadas.

### **Interpretação Remota por Vídeo**

O início da pandemia de COVID alterou, de forma fundamental, a maneira como a maioria dos procedimentos judiciais passou a ser realizada. Anteriormente, a grande maioria de audiências e entrevistas era realizada presencialmente. Como resultado da pandemia, tornou-se necessário realizar os procedimentos por meio remoto. O Poder Judiciário ampliou, de forma significativa, o uso de CISCO technologies e começou a utilizar a [Justiça à Distância](#). Aparelhos foram comprados para permitir que os intérpretes pudessem atuar em todos os procedimentos necessários. A utilização dos meios remotos permitiu que a Unidade de Serviços de Interpretação e Tradução provesse serviços em procedimentos judiciais e entrevistas de forma mais eficiente.

## **II. Planos Futuros**

O Comitê sobre LEP reconhece a necessidade contínua do Poder Judiciário de prover acesso às suas instalações, seus processos e informações a todos os indivíduos com proficiência limitada em inglês. No próximo ano, o Comitê pretende concentrar-se nas seguintes áreas:

## **Documentos Essenciais**

A tradução de documentos essenciais é uma iniciativa importante que está em andamento desde 2013. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução continuará a traduzir os documentos essenciais para o espanhol, polonês e português.

O Comitê sobre LEP continuará a colaborar com a Divisão de Serviços Jurídicos a fim de implementar um sistema comunicando ao usuário a disponibilidade dos formulários que tenham sido traduzidos em outros idiomas. O Gerente dos Formulários dos Serviços Jurídicos identificou os primeiros 125 formulários que serão atualizados para incluir a comunicação ao usuário.

## **Tradução de Ordens Judiciais**

O Comitê sobre LEP propõe o desenvolvimento de um programa piloto para avaliar a viabilidade da tradução de ordens judiciais emitidas em causas específicas. Assim, os indivíduos com LEP poderão sair do fórum com um documento físico com a redação da ordem judicial escrita em sua língua nativa.

## **Treinamento**

O treinamento sobre questões de LEP é uma prioridade contínua do Comitê sobre LEP e do Poder Judiciário. O Comitê sobre LEP elaborará um treinamento de reciclagem online sobre quando e como acessar os serviços de interpretação. O Comitê procurará tornar a participação no treinamento de reciclagem obrigatória para todos os funcionários do Poder Judiciário e que sua participação seja realizada a cada três anos.

O Comitê iniciará o desenvolvimento de um tutorial online para as partes interessadas externas sobre os serviços oferecidos pelo Poder Judiciário aos indivíduos com LEP e a maneira como esses serviços podem ser acessados.

O Presidente Robinson e a Ministra Kahn continuarão a fornecer o programa de treinamento sobre LEP, competência cultural, viés implícito e ADA às organizações e às agências que interagem com o Poder Judiciário.

## **Divulgação**

O Comitê sobre LEP criará uma conta de e-mail a qual permitirá que os interessados ofereçam sugestões a respeito de como o Poder Judiciário pode atender melhor às necessidades da população com LEP. Essa conta de e-mail será adicionada à página da LEP internet do Poder Judiciário e será divulgada às agências que trabalham com a população com LEP.

Além disso, o Comitê sobre LEP analisará e priorizará as respostas recebidas da pesquisa de satisfação sobre a divulgação como parte do seu esforço contínuo em atender às necessidades das partes interessadas com LEP do Poder Judiciário

### **Site**

O Comitê sobre LEP colaborará com a Divisão de Tecnologia e Informática para publicar a página sobre LEP revisada. Antes da sua publicação, o site será traduzido para o espanhol, português e polonês.

### **Comunicados Sobre os Serviços de Interpretação**

O Comitê sobre LEP revisará as placas de sinalização ao público de suas instalações a fim de garantir que estas contêm linguagem informativa de que os serviços de interpretação estão disponíveis, de forma gratuita, aos indivíduos com LEP. O Comitê também avaliará a viabilidade de incluir linguagem semelhante nos formulários e publicações judiciais.

O Comitê sobre LEP também analisará a viabilidade de incluir linguagem nos comunicados e formulários sobre como apresentar uma queixa sobre os serviços de linguística.

### **Plano de Acesso Linguístico**

O Comitê sobre LEP reverá e atualizará, conforme a necessidade, o [Plano de Acesso Linguístico do Poder Judiciário](#). Após a atualização, o Plano de Acesso Linguístico revisado será encaminhado ao Administrador Geral do Tribunal para aprovação final.

**DIVISÃO DE SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO E TRADUÇÃO**  
**RELATÓRIO ESTATÍSTICO ANUAL, 2020**

A ITS fornece assistência linguística presencial e remota para procedimentos judiciais.

O TBS fornece assistência linguística telefônica para atendimento ao público.

LANGUAGE	ITS	TBS
Línguas afro-asiáticas (amárico, maay, oromo, somali, tigrínia)	23	2
Línguas akan (Twi)	6	
Albanês	56	11
Árabe/árabe marroquino/árabe egípcio	119	18
Armênio	2	24
Bósnio/croata/sérvio	3	2
Búlgaro	1	
Birmanês/karen	7	16
Cambojano	1	3
Mandarin/cantonês	316	35
Crioulos baseados no inglês (crioulo guianês, jamaicano, língua Krio)	2	1
Checo-eslovaco	6	2
Holandês	1	
Francês/crioulo haitiano	99	31
Georgiano	3	4
Alemão	3	
Grego	3	4
Hebraico	4	
Húngaro	1	1
Línguas Indígenas da América Central (quiché)	5	
Línguas indo-europeias (africânder)	3	
Línguas indo-iranianas (dari, bengalês, guzerate, hindi, panjabi, urdu, cingalês, nepalês, língua curda, farsi/persa, pastó, tâmil)	183	54
Italiano	16	15
Japonês	11	2
Coreano	31	4
Laociano	11	22
Macedônio	1	4
Línguas malaio-polinésias (brunei, indonésio, tagalog)	6	
Línguas nigero-congolesas (lingala, quiniaruanda, suaíli, uolof, zulu)	20	16
Polonês	166	49
Português/cabo-verdiano	267	140
Romeno	1	
Russo	44	8
Espanhol	12005	11,221
Tailandês	4	2
Tibetano	4	
Línguas turcomanas (turco)	34	13
Ucraniano	25	10
Vietnamita	32	16
	<b>13525</b>	<b>11730</b>